



RELAÇÃO ESTADO-ESPORTE: O USO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DO ESPORTE

Ariane Boaventura da Silva Sá (UEM), Fernando Augusto Starepravo (UEM)

RESUMO

Historicamente, no Brasil, o esporte tem sido como ferramenta para alcançar objetivos como o desenvolvimento do nacionalismo, representação nacional, desenvolvimento físico dos brasileiros e como símbolo de modernidade. Desde o início do século XX até os dias atuais, a intervenção estatal no campo esportivo tem finalidades políticas e ideológicas. Sendo assim, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de realizar um resgate histórico, fundamentado na literatura sobre a temática, dos momentos em que o Estado brasileiro se utilizou do esporte para difundir os ideais políticos e ideológicos. Concluímos que o desenvolvimento do esporte no Brasil não pode ser dissociado das influências militares e de seus usos ideológicos, ainda hoje praticados, principalmente em períodos de Copa do Mundo.

Palavras-chave: Estado; esporte; política.

INTRODUÇÃO

A relação entre Estado e esporte é duradoura e consolidada. No Brasil, a prática esportiva, primeiro organizada por diferentes segmentos da sociedade civil de forma autônoma, passa a ser controlada pelo Estado a partir da década de 1940, em pleno governo ditatorial de Getúlio Vargas. A partir desse momento, o Estado passa a ser protagonista do incipiente campo esportivo brasileiro, utilizando o esporte como ferramenta para alcançar objetivos como o desenvolvimento do nacionalismo, representação nacional, desenvolvimento físico dos brasileiros e como símbolo de modernidade de um país que buscava se desvencilhar do passado colonial essencialmente agrícola e marcado pelo estigma da escravidão.

Diante do exposto, este trabalho visa resgatar historicamente como o esporte tem sido utilizado pelo Estado com finalidades políticas e ideológicas.

METODOLOGIA

Para fazermos esse resgate histórico, nos apoiamos na literatura existente, realizando um ensaio crítico sobre o assunto. Assim, o trabalho se configura da seguinte maneira: no primeiro instante, fizemos a exposição de momentos em que o Estado brasileiro se apropriou do fenômeno esportivo para propagar ideias políticas e ideológicas, para enfim, expormos algumas considerações finais.

RESULTADOS

Desde meados do século XIX, iniciou-se no Brasil um processo de integração ao capitalismo. Com o fim da escravidão (1888) e a derrubada do Império (1889), ambos vistos como

registros de "atraso" pelos países "civilizados", o Brasil passou a se espelhar na modernidade de países europeus, em especial, na Inglaterra.

Dos elementos modernizantes, destacou-se a substituição do regime escravagista pelo trabalho livre. Na sequência, foi proclamada a República, substituindo os tempos imperiais, inaugurados nos marcos de 1822. Já nesse novo formato, o Brasil adotou o estilo de vida europeu, como a organização econômica, estrutura social, vestimentas, e dentre outras coisas, os novos tipos de divertimentos (GRAHAM, 1973).

Foi nesse contexto – meados do século XIX – de forte influência europeia que o esporte teve início no Brasil. Em princípio, era praticado de maneira autônoma pela sociedade civil com fins recreativos e de socialização (LINHALES, 1996).

Isso perdurou até o início da década de 1930 quando, a partir desse momento, o Estado passou a intervir no campo esportivo. Essa intervenção se deu de forma gradual nas primeiras décadas do século XX (STAREPRAVO, 2011). Desse marco cronológico até os dias de hoje, a intervenção estatal político-ideológica no campo esportivo tem sido recorrente; e do conjunto das modalidades esportivas, o futebol – "eleito" como "paixão nacional" – tem sido a mais visada e usada por agentes no poder.

Como reforço argumentativo da afirmação acima, é possível perceber que essa intervenção já era utilizada desde 1904, quando a prática do futebol foi estimulada pelo governo visando controlar a sociedade, de modo que substituísse a capoeira, compreendida naquela época como crime ou prática social desviante. Na década seguinte, o Estado estimulou novamente a expansão da prática do futebol como forma de dispersar as intensivas mobilizações e greves dos operários que surgiram no país entre os anos de 1910 e 1917 (LINHALES, 1996). Foi a partir desse tipo de ação que se inicia, portanto, a relação Estado-esporte com pretensões políticas e ideológicas. Com isso, partindo dessas práticas

Os dirigentes públicos começaram, assim, a identificar o caráter utilitário do esporte como instrumento de negação e substituição de conflitos sociais. O futebol inaugurou esse tipo de relacionamento que, de certa forma, foi também uma das fortes razões de sua popularização. [...] Inaugura-se um novo quadro para a relação que se estabelece ao redor do fenômeno esportivo, capaz de transformar a autonomia da sociedade em instrumento de composições e barganhas. (LINHALES, 1996, p. 74).

Essa lógica foi consolidada no Estado Novo (1937-1945), por meio de um projeto político-ideológico que utilizava o esporte na contribuição da formação de uma identidade nacional. Tal projeto buscava homogeneizar a cultura, de modo a controlar grande parte da população e reprimir qualquer manifestação popular (STAREPRAVO, 2011).

Esse período foi marcado também "pela busca da inserção na modernidade, pela afirmação de ideias de civilização e, ao mesmo tempo, por tentativas de construir uma imagem positiva do país" (FRAGA, 2009, p. 17). Era preciso que se estimulasse algo em que as pessoas pudessem identificar-se com o Brasil e assim, o futebol foi um grande aliado do governo, uma vez

que passou a representar a nação em competições internacionais, com a intenção de transmitir a ideia de pertencimento, além de fazer parte do projeto de modernização do País.

Drumond (2009) explica que na Era Vargas (1930-1945), o Brasil sofreu mudanças significativas que reestruturaram nossa vida política, econômica, social e cultural. No que se refere à cultura, além do samba, o futebol passou a ser promovido como elemento fundamental para definir a identidade nacional. Entretanto, de acordo com Fraga (2009), a utilização do futebol como símbolo de brasilidade não pode ser dissociada de outros importantes instrumentos culturais como a imprensa e a escola, que foram determinantes naquele momento para disseminar esses ideais.

De acordo com Althusser (1974), tanto a imprensa e escola como o esporte são considerados como partes dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Sendo assim, estes, como os demais AIE que o autor cita (podendo ser religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação e cultural), "funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica" (ALTHUSSER, 1974, p. 47).

Nesse sentido, Proni (2002, p. 32) se referindo ao que Jean-Marie Brohm escreveu, em 1976, na publicação de *Sociologie politique du sport*, reforça essa concepção da "[...] utilização do esporte como Aparelho Ideológico do Estado (que se manifesta na transformação do espetáculo em meio de distração das massas, desviando os homens adultos de uma participação política consciente)". Nessa perspectiva, é possível citar o movimento olímpico internacional que era visto como uma instituição conservadora, baseada numa ideologia reacionária, com capacidade de promover a despolitização (PRONI, 2002).

É interessante ressaltar que, de acordo com Linhales (1996), quando a relação Estado-esporte acontece no campo da ideologia, a ação do Estado é compreendida pela intenção de instrumentalizar o esporte como artifício de legitimação política. Em outras palavras, Drumond (2009, p. 233), referindo-se à era Vargas, confirma essa intenção ao dizer que "a popularidade de esportes como o futebol se apresentava como um novo meio de levar a ideologia oficial às massas".

No cenário mundial, apesar de ser bastante difícil precisar quando exatamente percebeu-se o potencial político-ideológico do esporte, um dos principais momentos em que se utilizou o esporte para fazer propaganda ideológica foi nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, quando Hitler se aproveitou do momento para mostrar ao mundo sua tese quanto à supremacia da raça ariana. Outro momento importante foi o que ocorreu a partir da década de 1950, no período da Guerra Fria entre americanos e soviéticos que, cientes de seus potenciais atômicos, decidiram suas vitórias no campo esportivo (PIRES, 1998).

O Estado brasileiro também não fugiu a essa regra e, como destaca Linhales (1996, p. 38), além de ter sido "[...] utilizado como forma de representação simbólica das organizações políticas no plano internacional, o esporte [...]" foi "[...] também adotado pelo Estado como elemento aglutinador e disciplinador da ordem social interna". Nesse sentido, uma das primeiras ações

reguladoras e centralizadoras do poder por meio do esporte, mais especificamente do futebol, se deu pelo o Decreto Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941 (BRASIL, 1941). Mezzadri *et. al.* (2011, p. 408) explicam que

Inicialmente, supõe-se que a legislação auxiliou na construção da identidade nacional, pois a bandeira do Estado Novo era a de consolidar a base nacionalista. Possivelmente, nesse caso, a identidade social, representada pelo Estado, tornou-se bastante presente nas configurações dos indivíduos, e o futebol cumpriu seu papel, de maneira direta ou indireta, no processo de fortalecimento do Estado.

A carga de intenções com as práticas esportivas, já no início da inserção do Estado nesse campo, era grande e atribuía-se responsabilidades consideráveis ao esporte. Segundo Starepravo (2011), a justificativa de construir uma identidade nacional, se deu pelo fato de que o Brasil não possuía uma imagem de povo brasileiro e, portanto, não era "compreendido" como uma nação. Naquele tempo, o País era visto como um Estado composto apenas pelo governo e o território, mas que ainda faltava o sentimento de nação pela população.

Essa lacuna que existia na primeira metade do século XX, se deve a alguns aspectos, como a carga negativa adquirida no período escravocrata, o aumento de imigrantes no Brasil e a tradição europeia muito admirada e reproduzida pela elite da época (FRAGA, 2009).

Já em meados do século XX, durante o período democrático que tinha características populistas (1945-1964), o espetáculo esportivo foi utilizado intensivamente pela relação povo-governante. Naquela época, a presença de representantes do Estado em eventos esportivos era obrigatória. Os políticos adotaram a estratégia de "bajular" os clubes de futebol em busca de dividendos eleitorais (BUENO, 2008; LINHALES, 1996). Assim, eram nessas ocasiões esportivas que "[...] as relações de bases clientelistas barganhavam votos e apoio eleitoral por variados tipos de 'doações' e de relações de mérito ou privilégios" (LINHALES, 1996, p. 123). Além disso, era um período de consolidação do futebol como sendo um esporte de massa (CAPRARO, 2007). Portanto, o resultado do período democrático-populista foi a massificação do esporte, dentro da lógica de tê-lo como moeda de troca.

Outro período histórico importante de utilização do futebol como representação nacional ocorreu na Copa do Mundo de 1970. Naquele momento, os militares estavam no poder político brasileiro e cientes das pressões que estavam sofrendo decidiram que o futebol poderia ser uma boa forma de acalmar os ânimos da população. Assim, se apropriaram do título que a seleção brasileira conquistara naquela Copa do Mundo para fazer propaganda política atrelando a imagem da presidência da república ao futebol (CHAIM, 2014).

Seguindo essa lógica, para a Copa de 1970 foi composto por Miguel Gustavo o hino intitulado "Pra frente Brasil", cuja letra transmitia a ideia de que a seleção brasileira de futebol promovia a unidade nacional. Oliveira (1998) citado por Rinaldi (2000) afirma que esse evento esportivo repercutiu no imaginário da população e, com isso, acabou se tornando um instrumento importante para ampliar a popularidade do governo, além de valorizar as ideias nacionalistas.

Sobre esse assunto, corroboramos com Guedes (2009) quando a autora afirma que, sem dúvida, o esporte é fundamental na produção de identidades nacionais e tem sido recorrentemente usado como tal. Nesse sentido, a autoria destaca a importância da Copa do Mundo da FIFA¹ em território nacional.

Ainda de acordo com Guedes (2009), toda a mobilização em torno da Copa do Mundo auxilia a secundarizar, ou até mesmo, abstrair as imensas diferenças sociais e as distinções culturais que, nos períodos tidos como "normais", estruturam a sociedade, fazendo que o foco seja voltado ao sentimento de pertencimento à nação.

Seguindo essa esteira de pensamento, podemos afirmar que é principalmente em períodos de Copa do Mundo que, no Brasil, supostos segmentos sociais compreendidos como "minorias" sentem-se incluídos numa sociedade que é, por natureza, excludente. Fato este que nos leva a questionar: Quais os reais interesses políticos-ideológicos de ser realizar a vigésima edição do Megaevento em território nacional em 2014?

CONCLUSÕES

Apresentado esse contexto sócio-histórico do Brasil, ainda que de forma panorâmica, uma vez que outras situações semelhantes poderiam ser aqui citadas, percebemos que é consensual na literatura especializada a existência da prática de utilização do esporte com finalidades políticas ao longo dos anos. Por conta disso, não é possível separar o desenvolvimento do esporte no Brasil das influências militares e de seus usos ideológicos, ainda hoje praticados, principalmente em períodos de Copa do Mundo.

Partindo desse resgate histórico que apresentamos no presente trabalho, gostaríamos de servir como estímulo para que futuros estudos sejam realizados no sentido de investigar como se deu o uso político-ideológico do esporte pelo Estado, especialmente em relação à Copa do Mundo da FIFA 2014 que ocorreu no Brasil.

RELATION STATE-SPORT: THE POLITICAL-IDEOLOGICAL USE OF SPORT

ABSTRACT

Historically, in Brazil, the sport has been as a tool to achieve objectives such as the development of nationalism, national representation, physical development of Brazilian and as a symbol of modernity. Since the early XX century to the present day, state intervention in the sports field has political and ideological purposes. Thus, this study was developed with the objective of realize a historical review, based on the literature on the theme, about the moments where in the Brazilian State used the sport to diffuse the political and ideological ideals. We conclude that the development of sport in Brazil can't be dissociated from the military influences and its ideological uses, still practiced, especially in World Cup periods

Key words: State; sport; policy.

REFERÊNCIAS

¹ Federação Internacional de Futebol Associado

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

BRASIL. Decreto - **Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases da organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro: Senado, 1941.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. Tese (Doutorado) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAPRARO, A. M. **Identidades imaginadas**: futebol e nação na crônica esportiva brasileira do século XX. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em História, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, UFPR, Curitiba, 2007.

CHAIM, A. R. M. **A bola e o chumbo**: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, USP, São Paulo, 2014.

DRUMOND, M. O esporte como política de Estado: Vargas. *In*: PRIORE, M. D.; MELO, V. A. (Org.). **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FRAGA, G. W. **"A derrota do Jeca" na imprensa brasileira**: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GRAHAM, R. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil**: 1850-1914. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUEDES, S. L. Futebol e identidade nacional: reflexões sobre o Brasil. *In*: PRIORE, M. D.; MELO, V. A. (Org.). **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. Dissertação (Mestrado) - Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MEZZADRI, F. M.; *et. al.* As interferências do Estado brasileiro no futebol e o estatuto de defesa do torcedor. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.25, n. 3, p.407- 416, jul./set. 2011.

PIRES, G. L. Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 25-34, 1998.

PRONI, M. W. Brohm e a organização capitalista do esporte. *In*: PRONI, M. W.; LUCENA, R. **Esporte**: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002.

RINALDI, W. Futebol: manifestação cultural e ideologização. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 167-172, 2000.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, UFPR, Curitiba, 2011.